AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO NO ENTORNO DA INSTITUIÇÃO LAR DAS MOÇAS CEGAS EM SANTOS - SP

Performance Evaluation of Environment Built Around the Home Instituition of Blind Girls at Santos - Sp

SANTOS, Alda Paulina
UNICAMP

Resumo: Segundo Abreu, L.V. et al.; muitos estudos sistemáticos de avaliação do ambiente construído- denominados APO (Avaliação Pós-Ocupação) foram desenvolvidos nos últimos anos, principalmente relacionados ao conforto ambiental e avaliação de desempenho. Existem poucas Avaliações Pós Ocupação para deficientes visuais com destaque para Ramos C. et al.; 2007 com o artigo Mobilidade urbana sustentável aos olhos do surdo cego. Esta pesquisa teve como objetivo a realização de uma avaliação pós-ocupação do entorno do lar das moças cegas, na cidade de Santos - SP no sentido de contribuir para a mobilidade urbana, segurança, assim como maior independência dos deficientes visuais, tendo como base a NBR 15575, correlacionada com a NBR- 9050.
Como metodologia utilizou-se levantamentos físicos utilizando as duas NBRs citadas, medições, entrevistas, observações e questionários a fim de se obter e detectar as dificuldades de acessibilidade aos "olhos" do deficiente visual. Observou-se que o local estudado tem diversos problemas de acessibilidade o que dificulta a mobilidade e independência do deficiente visual assim como de outros deficientes que possam circular pelo local. Portanto, evidencia-se melhor atenção das autoridades e sociedade civil para que não somente o local de estudo como, toda a cidade permita que os deficientes possam exercer de forma plena conforme a Constituição Federal de 1988, Capítulo I artigo 5º alínea I que profere o seguinte texto: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se ao brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito a vida, à liberdade à igualdade a segurança e à propriedade".
Palavras- chave: Avaliação Pós-Ocupação; Acessibilidade; Deficientes Visuais; Cidades Saudáveis.

Abstract: According to Abreu, L.V. et al .; many systematic studies evaluating the built-environment called APO (Post Occupancy Evaluation) have been developed in recent years, mostly related to environmental comfort and performance evaluation. And there are a few others held for Post Occupancy Evaluation for the visually impaired notably Ramos C. et al .; 2007 with the article sustainable urban mobility in the eyes of deafblind. Thus this study aimed to conduct a post-occupancy evaluation of the surroundings of the home of blind girls in the city of Santos - SP to contribute to urban mobility and safety, as well as greater independence for visually impaired and how base NBR 15575, correlated with NBR- 9050
The methodology we used physical measurements using the two NBRS cited, measurements, interviews, observations and questionnaires to obtain and detect

difficulties of access to the "eyes" of the blind. It was observed that the studied site has many accessibility problems which hinders the mobility and independence of visually impaired as well as other disabilities that may circulate through the site. Therefore, it is evident better attention from the authorities and civil society to not only study site as the whole city allow the disabled may require a full form as the Federal Constitution of 1988, Chapter I Article 5 makes the point that I following text: "All are equal before the law, without distinction whatsoever, guaranteeing the Brazilians and foreigners residing in the country the inviolable right to life, liberty, equality and property safety."
Keywords : Post- Occupancy Evaluation ; Accessibility ;Visually Impaired; Healthy Cities.

1. INTRODUÇÃO

Embora existam muitas cidades brasileiras com olhar atento para as questões de acessibilidade como por exemplo Curitiba e outras, que muitas vezes de forma ainda não sistêmica, ou seja, em locais pontuais estão investindo na acessibilidade, ainda há muito que se planejar para que as cidades brasileiras sejam totalmente acessíveis sejam para o deficiente físico, pessoas com alguma dificuldade de mobilidade permanente ou temporária ou para idosos.

Embora existam as normas brasileiras que recomendam adaptações e concepções de projeto, que contemplem a acessibilidade, como a ABNT NBR 15575- norma de desempenho e ABNT NBR 9050, norma de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, observa-se que a cidade de Santos, ainda não está totalmente preparada ou planejada de forma a proporcionar acessibilidade total, mobilidade , independência, segurança e conforto aos deficientes, e em especial aos deficientes visuais a que se refere esta pesquisa. Segundo IBGE censo 2010, cerca de 23% da população santista possui algum tipo de deficiência física, seja motora, visual ou mental, este percentual representa 96.209 pessoas que fazem parte dessa estatística no município. Para o deficiente visual Gilmar Ribeiro dos Santos (professor de mobilidade do Lar da Moças Cegas , da cidade de Santos), a cidade precisar avançar nesta questão, principalmente na questão cultural dos habitantes, pois, segundo ele, “Os carros estacionam nas rampas e faixa de pedestres, cadeiras de bares e calçadas ficam situadas em locais inadequados servindo de obstáculos”. Porém está premissa no Brasil que passa pela questão cultural, ainda é muito jovem pois, segundo

Pinheiro (1997), a luta dos diversos movimentos sociais organizados em benefício da classe de sujeitos de sua vontade e de direitos das pessoas portadoras de deficiência ainda era recente menos de três décadas. Segundo Bummer et al (2002), as PPDVs (Pessoas Portadoras de Deficiência Visual), são vítimas de estereótipos e discriminações rotuladas como desviantes do que se considera o padrão de normalidade dos seres humanos. De acordo com Ventura (2001), expressões como “tão bonitinho e cego”, “pobrezinho coitado” e “coitadinho do ceguinho” mal disfarçam o sentimento de superioridade, mesmo que involuntária, de quem as pronuncia. Consequentemente estas pessoas vem sendo tratadas como “objetos da ação e da piedade sociais” (Pinheiro,1997,p.145). A declaração sobre o direito das pessoas com deficiência, proclamada pela assembleia geral da ONU em 1975, afirma que as pessoas com deficiência tem o direito , as medidas destinadas a permitir-lhes a ser o mais autosuficientes possível entre outras. Diante deste quadro, este trabalho teve como objetivo a realização de uma avaliação pós-ocupação do entorno do lar das moças cegas, na cidade de Santos - SP no sentido de contribuir para a mobilidade urbana, segurança, assim como maior independência dos deficientes visuais, tendo como base a NBR 15575, correlacionada com a NBR- 9050.

2. OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo foi o entorno do LMC (Lar das Moças Cegas), unidade I Av. Ana Costa 198, bairro Vila Matias Santos SP, um centro de habilitação e reabilitação para deficientes visuais. O local compreende a toda a quadra delimitada a leste pela Av. Ana Costa, a Norte pela R, Dr. Carvalho de Mendonça a oeste pela R. Pará e ao Sul pela R. Augusto Paulino perfazendo-se 100m de cada lado. A escolha do local deve –se ao grande deslocamento de deficientes visuais, ou baixa visão severa perfazendo-se 220 deficientes, e 500 alunos pacientes no serviço de baixa visão. Entretanto é importante salientar que o objeto de estudo tem um local específico, porém o deficiente tanto visual ou com qualquer outra deficiência circula pela cidade inteira, ou pelo menos deveria circular em condições adequadas de acessibilidade. O estudo também procurou

avaliar alguns pontos da instituição do ponto de vista da NBR 15575 e da observação dos deficientes visuais por ser um local onde eles permanecem boa parte do tempo. A figuras 1 ,2 , 3 , 4 e 5 mostram o local de avaliação.

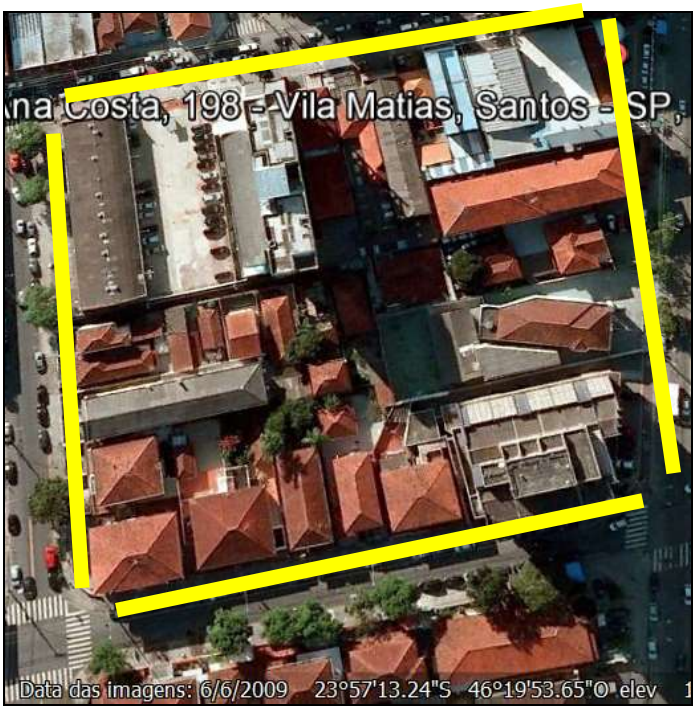

Figura 01 : Localização do entorno pesquisado

Fonte: Google Earth



Figura 02 : Localização do entorno pesquisado. Fachada leste Av. D. Ana Costa

Fonte: Google Earth



Figura 03 : Localização do entorno pesquisado. Sul R. Augusto Paulino

Fonte: Google Earth



Figura 04 : Localização do entorno pesquisado. Oeste R. Pará

Fonte: Google Earth



Figura 05 : Localização do entorno pesquisado. Norte R.Dr. Carvalho de Mendonça

Fonte: Google Earth

3. ASPECTOS TÉCNICOS DAS CALÇADAS

Das calçadas analisadas algumas são construídas de ladrilho hidráulico, uma placa de concreto de alta resistência ao desgaste para o acabamento de pisos, assentada com argamassa sobre base de concreto. A calçada na face leste na Av. D. Ana Costa mede 1.64m de largura, o espaço para o piso tátil de alerta mede 1.26m de largura, de material de concreto armado moldado no local. Todas as quadras têm pelo menos dois tipos de revestimento na calçada ladrilho hidráulico e concreto armado. A figura 6 mostra uma parte calçada na face leste na Av. D. Ana Costa , com ladrilho hidráulico e piso tátil de alerta.



Figura 06 : Material da calçada da orientação leste Av. D. Ana Costa – Ladrilho Hidráulico

Outras são construídas de quartzito São Thomé (mosaico de pedra) que tem como principal característica não reter a água e não absorver o calor. A figura 7 mostra outra parte da calçada na continuação da fachada leste na Av. D. Ana costa, de quartzito São Thomé.



Figura 07 : Continuação da calçada da orientação leste – Quartzito São Thomé

Na orientação sul na R. Augusto Paulino a calçada continua sendo de ladrilho hidráulico como mostra a figura 8.



Figura 08 : Calçada da orientação sul R. Augusto Paulino – Ladrilho hidráulico

Na orientação oeste na R. Pará a calçada também é parte de ladrilho hidráulico e parte concreto armado como mostra a figura 9.



Figura 9 : Calçada da orientação oeste R. Pará – Ladrilho hidráulico e Concreto armado

Na calçada da orientação norte R. Dr. Carvalho de Mendonça também continua com o mesmo padrão de ladrilho hidráulico, como mostra a figura 10.



Figura 10 : Calçada da orientação norte R. Dr. Carvalho de Mendonça – Ladrilho hidráulico

3.1 Diagnóstico de acessibilidade das calçadas

De acordo com a NBR 15575-1 item 16.3.1 adaptações de áreas comuns e privativas referenciando que as áreas de uso comum deve estar dentro dos parâmetros estabelecidos na NBR 9050, as calçadas não obedecem na íntegra estabelecido na norma pois, na Rua Augusto Paulino orientação sul no encontro com a R. Pará na orientação oeste a sinalização tátil de alerta no rebaixamento das calçadas, encontra-se na esquina oferecendo extremo perigo para quem é vidente , quanto mais para quem tem deficiência visual. A figura 11 mostra inadequação da calçada citada, e afigura 12 mostra a forma correta de sinalização estabelecida na NBR 9050.



Figura 11: Inadequação do posicionamento da sinalização tátil de alerta

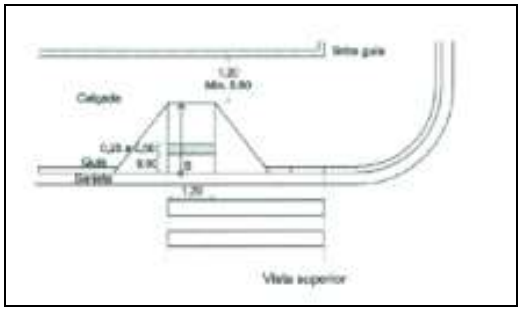

Figura 12: Sinalização tátil de alerta nos rebaixamentos das calçadas segundo a NBR 9050

Ainda na orientação sul R. Augusto Paulino falta sinalização tátil de alerta no orelhão (segundo a NBR 9050, obstáculos suspensos), levando o deficiente visual a praticamente entrar dentro do orelhão se tornando um equipamento urbano perigoso. A figura 13 mostra o orelhão na orientação sul sem a sinalização tátil de alerta. A figura 14 mostra a sinalização segundo a NBR 9050.



Figura 13 : Orelhão na orientação sul sem sinalização tátil

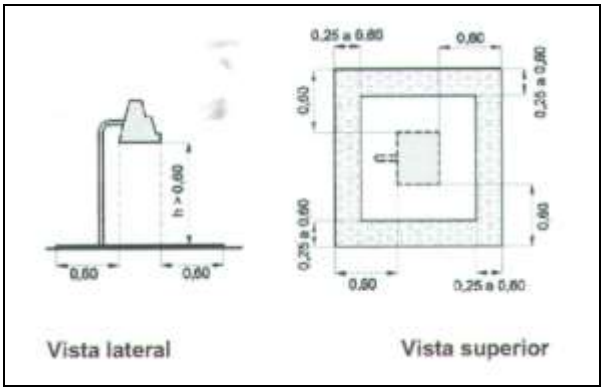

Figura 14 : Sinalização tátil de alerta em obstáculos suspensos segundo a NBR 9050

Na orientação leste na Av. D. Ana Costa a menos de 50 metros da entrada do LMC há um ponto de ônibus sem sinalização tátil dificultando o posicionamento do deficiente visual para acessar o transporte coletivo como mostra figura 15. Além da calçada neste ponto, estar em um estado de conservação ruim, podendo gerar acidentes graves para o deficiente visual. A figura 16 mostra a sinalização tátil no ponto de ônibus conforme a NBR 9050.



Figura 15: Calçada da orientação leste Av. D. Ana Costa sem sinalização tátil e faltando revestimento

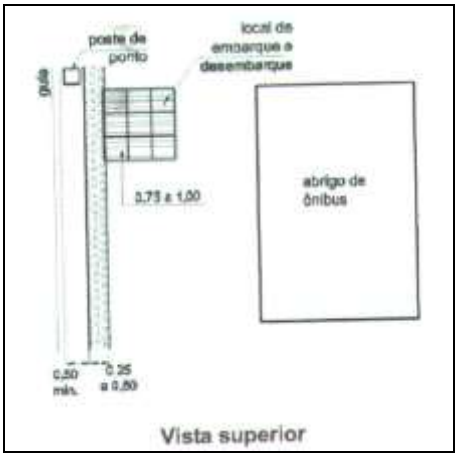

Figura 16: Sinalização tátil no ponto de ônibus segundo a NBR 9050

Muitos espaços vazios como entrada de garagem, não tem linha guia para orientação do cego e alguns não possuem sinal sonoro, colocando o deficiente visual em situação de perigo. Para o deficiente visual com baixa visão a ausência de contrastes entres as cores (marrom, branco e cinza) como em determinado ponto da Av. D. Ana Costa, atrapalha no momento da visualização do piso para poder caminhar como mostra a figura 17. Esta situação se repete na orientação oeste na Rua Augusto Paulino assim, como em várias outras partes da cidade.



Figura 17: Calçada com ausência de contrastes e sem linha guia

Além do posicionamento errado da sinalização tátil de alerta e direcional nos rebaixamentos das calçadas localizado na esquina, não há na faixa de travessia como recomenda NBR 9050, no piso tátil de alerta no sentido perpendicular ao deslocamento para que sirva de linha guia, à distância de 0,50m do meio-fio, conectando um lado ao outro da calçada, como mostra a figura 18. A figura 19 mostra a sinalização correta conforme NBR 9050.



Figura 18: Calçada sem faixa de travessia

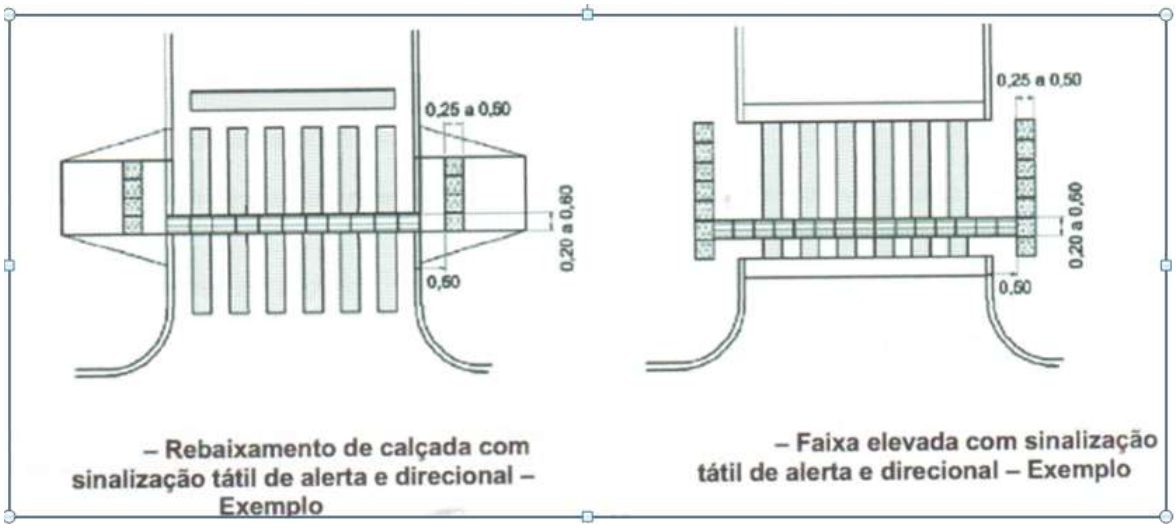

Figura 19: Calçada com sinalização tátil de alerta e direcional conforme NBR 9050

4. ASPECTOS TÉCNICOS DO LMC (LAR DAS MOÇAS CEGAS)

Embora a pesquisa seja do entorno foi observado a importância de se fazer uma breve avaliação de como funciona a acessibilidade do entorno para o interior do LMC . Por esta razão foi realizada uma avaliação de forma pontual de alguns aspectos do LMC.

O LMC é um centro de educação e reabilitação para deficientes visuais, fundado em 1943. Foi à primeira instituição deste tipo certificada com selo de qualidade ISO 9001 /2008. O serviço de reabilitação é composto por:

- Serviço de Intervenção Precoce;
- Atendimento educacional;
- Atividades esportivas;
- Cursos de capacitação;
- Capacitação a comunidade;
- Atendimento terapêutico;
- Atendimento social;
- Serviços de apoio.

Para os deficientes com baixa visão pode-se destacar os seguintes atendimentos:

- Oftalmológicos;
- Ortoptico;

- Psicológico;
- Pedagógico;
- Orientação e mobilidade;
- Social.

A unidade é dividida em 3 pavimentos sendo o térreo 1º e 2º andar. Com uma área de circulação linear contendo salas dos dois lados. O pavimento térreo é composto dos seguintes setores: Diretoria pedagógica, serviço social, cozinha experimental, sala de música, psicologia, ensino fundamental, baixa visão/ téc.oftálmica, estimulação visual, reforço escolar, intervenção educativa, terapia ocupacional, estimulação precoce, fonoaudiologia., orientação e mobilidade, biblioteca,laboratório de informática, imprensa braile, tecnologia de informação. O 1º pavimento é composto dos seguintes setores: fisioterapia, massagem drenagem linfática, telecurso, atividades de vida diária telefonia, instrumentos musicais/ banda, administradora residente, consultório médico, arquivo inativo , alfabetização em braile, massoterapia.O 2º pavimento é composto dos seguintes setores: quadra poliesportiva, educação física, vestiário e brinquedoteca. Como é uma instituição que trabalha na reabilitação de deficientes visuais ela tem seus setores adaptados para maior conforto e segurança desses usuários. Possui piso tátil de alerta e direcional na área de circulação de todos os andares como mostra figura 20.



Figura 20: Piso tátil de alerta e direcional

Na brinquedoteca possui diferenciação de piso por textura, facilitando assim com que as crianças possam se localizar em relação ao tipo de brinquedo que este posicionado naquele determinado espaço, conforme mostra figura 21.



Figura 21: Brinquedoteca com diferenciação de texturas no piso

Todos os sanitários possuem informações em Braille posicionadas abaixo das figuras em relevo como define a NBR 9050, conforme mostra a foto 22.



Figura 22: Informação em braile no sanitário

5.1 Sugestões

Para melhor conforto dos usuários sugere que na circulação vertical (escada) os corrimãos laterais prolonguem-se até 30 cm antes do início da escada conforme a NBR 9050. Pois ela tem prolongamento somente em relação ao término conforme a NBR, conforme mostra a figura 23 e 24.

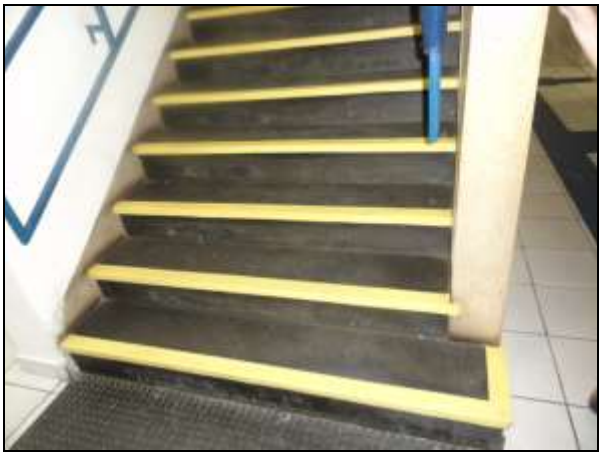

Figura 23: Escada sem prolongamento do corrimão

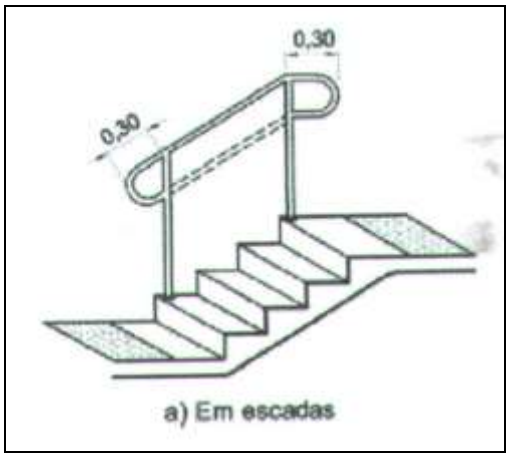

Figura 24: Prolongamento do corrimão conforme NBR 9050

Em relação aos novos sanitários instalados no térreo, que foi observado pelo deficientes visuais que participaram da pesquisa, a dificuldade de uso pela restrição de espaço. Para melhor conforto de todos, recomenda-se observar a NBR 15575, item 16.3.1, que no critério- adaptações de áreas comuns e privativas, determina que nas áreas privativas devam receber as adaptações necessárias para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida nos percentuais previstos na legislação. A NBR 9050 item 7.3.2 aconselha que o boxe para bacia sanitária comum, deve permitir a uma pessoa utilizar tosas às peças sanitárias atendendo ás medidas estabelecidas. Conforme mostra a figura 25 e 26. O box do sanitário, não permite a utilização confortável da bacia sanitária pois a distância entre a porta e a bacia é praticamente inexistente, não se adequando a

NBR 9050. Na impossibilidade de se ter uma porta que abra para fora pela questão do espaço recomenda-se a instalação de uma porta sanfonada conforme figura 27.



Figura 25: Porta abrindo para dentro sem espaço adequado para utilização da bacia sanitária



Figura 26: Espaço restrito para utilização da bacia sanitária

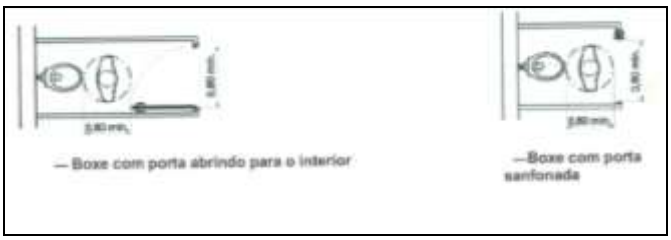

Figura 27: Espaço adequado do boxe para utilização da bacia comum conforme NBR 9050

6. PESQUISA DE OPINIÃO COM OS DEFICIENTES VISUAIS

Foi realizada pesquisa de campo com uma vivência in loco com 5 deficientes visuais. Para realização da pesquisa todos os colaboradores assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, informando o objetivo da pesquisa. Na impossibilidade de passar o texto para a linguagem Braille, foi lido todo o texto para os deficientes e assinado conjuntamente com a diretora da instituição que ficou com uma cópia. A pesquisa de campo no quadrilátero do entorno do LMC, procurou levantar a opinião dos deficientes visuais sobre a acessibilidade das calçadas. A pesquisa foi feita através de entrevistas após a vivência no local pesquisado. As questões foram lidas separadamente para cada participante, que pode expressar sua opinião de forma livre e sem interferência da pesquisadora. A data das entrevistas e da vivência com os deficientes foi no dia 04/11/2013. As entrevistas tiveram uma duração de 90 min. divididos entre os cinco entrevistados. O percurso teve duração 120min. Este tempo do percurso foi devido às várias interferências dos próprios deficientes que sentiam a necessidade de relatar alguma informação sobre a acessibilidade do local o que contribuiu muito para o enriquecimento da pesquisa. O questionário utilizado na pesquisa com os deficientes foi dividido em 6 itens. No primeiro foram solicitadas informações as características pessoais dos entrevistados, como nome, idade, estado civil, endereço. No segundo foram solicitados informações a respeito da saúde, como tipo de deficiência, há quanto tempo é deficiente, e motivo da deficiência. No terceiro foram solicitadas informações sobre as atividades de vida diária como, independência ao realizar as AVDs. No quarto foram solicitadas informações sobre a mobilidade de cada um como trabalho, estudo, como chega ao trabalho, prática de esportes e etc. No quinto foram solicitadas informações

sobre o percurso realizado. O sexto item trouxe uma questão aberta para que o entrevistado fizesse algum comentário ou manifestasse sua opinião sobre o percurso. A seguir serão mostrados os resultados obtidos na pesquisa de opinião.

6.1 Características dos usuários:

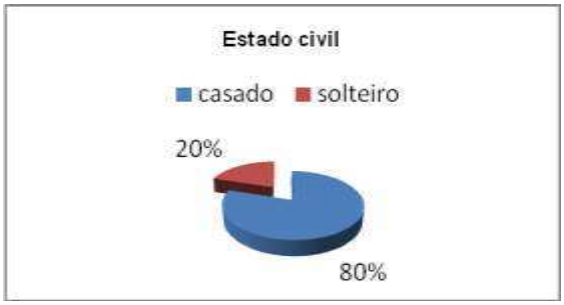

Figura 28: Estado civil

Tabela 1. Faixa etária

Idade	Nº de pessoas
27	1
38	1
49	1
53	1
57	1

6.2 Dados de saúde:



Figura 29: Deficiência



Figura 30: Tempo de deficiência

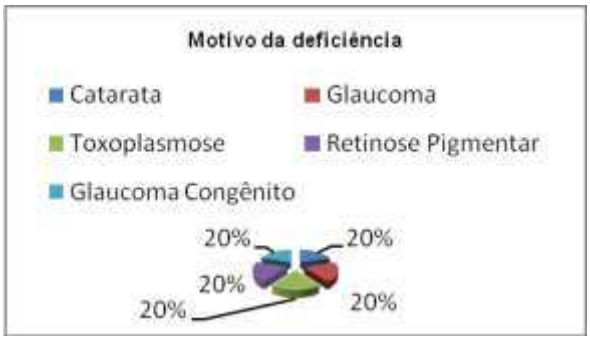

Figura 31: Motivo da deficiência

6.3 Dados da vida diária:



Figura 32: Independência para AVD

6.4 Mobilidade:



Figura 33: Atividade laboral

6.5 Dados referentes ao percurso



Figura 34: Atividade laboral

6.6 Questão aberta

Os deficientes que participaram da entrevista relataram a restrição de espaço para utilização do banheiro do térreo recém-construído como mostra na figura 26 e 27. Outro relato dos entrevistados foi à falta de luminosidade nas ruas no período noturno, que prejudica os deficientes com baixa visão principalmente quando passam sob as árvores, pois, estes deficientes ou com baixa visão severa orientam-se pela luminosidade.

6.7 Resultado da pesquisa de opinião com os usuários

Todos os deficientes disseram ser independentes nas atividades de vida diária, um deles relatou que quando chegou no lar das moças cega há 15 anos, era totalmente dependente e que inclusive vinha acompanhado da mãe e que hoje se considera totalmente independente. Porém segundo eles, os obstáculos urbanísticos e arquitetônicos os tornam pessoas dependentes, pois, acabam constantemente solicitando ou esperando ajuda de alguma pessoa, para pegar um transporte público para caminhar pelas calçadas ou atravessar a rua. Quatro deles são casados e apenas um é solteiro apenas um dos casado tem uma companheira deficiente visual todos os outros tem a companhia de pessoas videntes, que acabam por superprotegê-los até por entender que externamente a residência, as condições de mobilidade ainda são muito ruins. Eles relataram como pontos positivos a intenção de se fazer acessibilidade na cidade, como

rampas, elevadores etc. Como ponto negativo foi relatado por eles que a acessibilidade ela está sendo aplicada ainda pra o deficiente cadeirante ou com dificuldade de mobilidade e que para os deficientes visuais, faltam em vários lugares da cidade semáforo sonoros, elevadores com informações auditivas, cardápios de restaurante em Braille, shopping e lojas acessíveis, pontos de ônibus com informações auditivas. De forma unânime todos relataram que embora eles tenham transporte da prefeitura, o que lhes dá conforto e segurança para chegar ao LMC, muitas vezes ele preferem utilizar o transporte coletivo comum pois quando querem fazer alguma atividade diferente é o transporte urbano coletivo sem acessibilidade que terão que utilizar, assim ficarão mais familiarizados com a falta de acessibilidade quando tiverem que fazer outra atividade, que precisará utilizar o transporte coletivo comum. Outra consideração interessante de todos foi que legislação existe, porém, é necessário que haja fiscalização para o cumprimento efetivo da lei.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado teve como base o entorno do Lar das Moças Cegas, e foi observado que ações está sendo tomadas, ainda em escala pontual, não em escala macro (com visão holística da cidade) seja para deficientes físicos, pessoas com mobilidade temporária ou permanente, e para os deficientes deste estudo , os visuais. Através da pesquisa foi possível conhecer melhor o perfil de alguns deficientes visuais da cidade de Santos, como representatividade de outros. A pesquisa mostrou que há intenção de acessibilidade, no entorno da instituição, porém a acessibilidade , mobilidade e independência deve existir na cidade como um todo, pois o deficiente circula pela cidade inteira. A visão não sistêmica dificulta muito o planejamento para a acessibilidade total e mobilidade dos deficientes visuais, para que os mesmos tenham reais condições de mobilidade pela cidade de forma mais segura, independente e acessível possível. A Avaliação pós- ocupação com observação das diretrizes da legislação e o cumprimento da mesma, se constitui em um instrumento importante, para que

consigamos ter espaços públicos realmente democráticos, promovendo uma cidade mais justa para pessoas com qualquer tipo de deficiência ou limitação de mobilidade. Com já foi citado na introdução a cidade de Santos, possui segundo o censo 2010, cerca 96.209 pessoas com algum tipo de deficiência, um número significativo representando 23% da população. Porém o número de pessoas com deficiência e em especial os deficientes visuais, que conseguem se locomover na cidade de forma independente, ainda é muito restrito, pelas barreiras arquitetônicas e urbanísticas existentes na cidade que ainda são muitas.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS, C. R *et al*. Mobilidade Urbana Sustentável aos olhos do surdo cego. **IV Encontro Nacional e II Encontro Latino Americano sobre edificações e Comunidades Sustentáveis**. Campinas, 2007 (Artigo) – Depto de Arquitetura e Construção- FEC - UNICAMP

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15575: **Desempenho do ambiente construído.** São Paulo, 2013.

BRUMER, A. et.al. **Saindo da "escuridão": perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre.** Sociologia, Porto Alegre, nº 11,p.300-327,jan./jun. 2004.

CAMBIAGHI, S. S. Desenho universal: métodos e técnicas de ensino na graduação de arquitetos e urbanistas. São Paulo, 2004. 291 f. **Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Arquitetura)** – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

PINHEIRO, Humberto Lippo. Os Direitos Humanos e Pessoas Portadoras de Deficiência. *In*: **Relatório Azul- Garantias e Violações dos Direitos Humanos no RS.** Porto Alegre : Assembleia Legislativa,1997/1998 p.144-155

VENTURA, Zuenir. **Conversa de cego**. O Globo, Rio de janeiro, 03/02/2001

SANTOS, Prefeitura do Município. Disponível em: <http://www.santos.sp.gov.br/aprefeitura/secretaria/desenvolvimento-urbano/legislacao-urbanistica> acesso em 13 nov. 2013.

São Paulo, Prefeitura do Município. Programa passeio livre. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/subprefeituras/calcadas/arquivos/cartilha-draft_10.pdf> acesso em 15 nov. 2013.

9. LEIS CONSULTADAS

BRASIL. Decreto nº 3.298 de 20/12/1999. **Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispões sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 21 dez. 1999.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19/12/200. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2000.

ONU. **Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes**. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. 09 dez 1975.

ONU. **Programa de Ação Mundial paras as Pessoas Deficientes**. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. 1982

Sobre a autora

Aluna especial de Arquitetura Tecnologia e Cidade para Doutorado na Unicamp Mestre em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos. Especialista em ergonomia pelo instituto Mapfre da Espanha. Especialista em engenharia urbana pela Universidade Federal de São Carlos. Graduada em Arquitetura pela Universidade Católica de Santos e Desenho Industrial pela Universidade Santa Cecília. É professora de Projeto Arquitetônico e de Desenho Arquitetônico, Ergonomia e Acessibilidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Santa Cecília, de Ergonomia na faculdade de Fisioterapia e de Plant Layout do curso de pós- graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho, e de Desenho Técnico para Engenharia Civil na faculdade de Engenharia Civil da mesma universidade. É também professora de Planejamento Urbano da Faculdade de Engenharia Civil da Fundação Educacional Inaciana (FEI), do Campus de São Bernardo. É consultora em Arquitetura, Ergonomia e Acessibilidade, da ENGEPLAN Engenharia e projetos de Arquitetura.

Contato: alda@ergopro.com.br / alda_paulina@yahoo.com.br

Currículo Lattes: Lattes.cnpq.br/1076000241476862

DIÁLOGOS SOBRE A ACESSIBILIDADE: ENCONTROS COM A DIFERENÇA

Dialogue about Accessibility: Meetings with the Difference

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira
Prefeitura Municipal de Campinas
Faculdade Jaguariúna (FAJ)

> Trata-se, então, de pensar a partir do descontínuo. O que supõe focalizar a atenção nas palavras fragmentárias, no movimento dos corpos, no silencio que envolve os corpos e as palavras enquanto expressões das energias e desfalecimentos. Na vulnerabilidade da sua afirmação, eles afiguram-se como acontecimentos que irrompem no espaço histórico. Esses actos constituem-se como gestos de resistências, ou seja, gestos que expressam a força de um devir e de um sentido que é sempre, enquanto resistência, um *devir-minoritário*. (VILELA, 2006, p. 110).

Refletir na acessibilidade como condição fulcral de desenvolvimento do outro que tem uma diferença, qualquer que seja sua especificidade, é colocar-se na escuta e no espaço de problematizar ações cotidianas que aparentemente estão perfeitas; ou no ciclo linear, a partir do olhar de um padrão normativo, diríamos que aparentemente estão “normais”. Abordar a normalidade é em primeiro lugar fraturar a norma como algo pré-dado e testemunhar que há uma construção histórica de padrões normativos, que podem e devem sofrer resistências. Como na citação acima, propulsora desta escrita, pensar o descontínuo é narrar resistências e quebras históricas que marcam ações de lutas, gestos corpóreos para um devir, um tempo outro, diríamos um tempo para o “encenar das diferenças”. É pela resistência que se abrem fendas para o olhar da diferença, para a entrada da diferença nos espaços que tendem a narrar e defender experiências iguais, olhadas e discursadas pelo “mesmo”: pelo padrão. Para, além disso, é possibilitar, com precisão ética, a construção de uma política de diálogo com os sujeitos que, de fato, necessitam de adequações físicas, estruturais, comunicacionais e relacionais. Como anunciado amplamente, o lema que mobiliza um movimento de luta, “**nada sobre nós, sem nós**”, presente nos documentos legais que discutem as políticas públicas de pessoas com deficiência em busca de acessibilidade e, ainda, fomentada no próprio discurso das pessoas com deficiência, aponta e afirma que a reflexão sobre tecnologias, acessibilidades

e o uso por pessoas com deficiência só é produtiva quando trazemos relatos, histórias de vida, e nos colocamos no permanente lugar de interagir com quem vive na pele limites e barreiras, seja física, sensorial, intelectual ou atitudinal, para modificarmos (nossas ações) pela “fala” que o “outro” nos remete. Isso parece simples, mas não é o que historicamente tem acontecido com as pessoas com deficiência que argumentam construções legais e análises sem a participação daqueles que irão usufruir do que temos chamado de acessibilidade. Produtos lançados sem um olhar de fato por aqueles que farão uso de tal instrumento. Políticas consolidadas sem o “alvará” ou participação efetiva dos grupos de pessoas com deficiência para representá-los.

Este panorama geral é importante primeiro para marcar as especificidades dentro do grupo nomeado “pessoas com deficiência”. A priori é comum achar que são todos iguais e que suas petições são de modo geral, as mesmas. Para exemplificar as pessoas surdas optam por não serem reconhecidas como pessoas com deficiência, uma vez que atrelam sua condição existencial como uma questão de diferença linguística, tais comunidades apontam pertencer a grupos minoritários que reivindicam questões étnicas e linguísticas, como imigrantes, indígenas, entre outros. Ainda assim, com esta ressalva as pessoas surdas fazem parte das políticas públicas que narram particularidades para pessoas com deficiência, dentro do espaço da educação especial, quando voltado o olhar para práticas pedagógicas. Uma luta ideológica travada, que ainda não está resolvida. Se a educação especial dialogar espaço para que o surdo se narre a partir da diferença linguística não há problema em “conversar” propostas políticas no mesmo espaço de luta, a questão é não exercer influencia para que tais pessoas façam uso prioritariamente da língua oral, apagando a língua de sinais como língua natural. Marca-se uma questão identitária na petição dos surdos quando optam por marcar a diferença linguística e não a ausência orgânica; retomando, se analisarmos o movimento das pessoas surdas estão articulados com lutas de minorias linguísticas que querem reconhecimento de sua língua em todos os espaços públicos e privados. Parece simples, mas veja: quantos profissionais, de fato, saem preparados para o encontro e um diálogo com

surdos? Será que em todos os espaços a presença da Libras (Língua Brasileira de Sinais) já está dada como direito? Por que a acessibilidade física é mais ofertada que a acessibilidade comunicacional? São questões a serem pensadas e que uma possível resposta é a invisibilização das pessoas surdas, ao passo que as inadequações físicas saltam mais facilmente aos olhos. Se um surdo não sinalizar, será facilmente confundido com um falante/ouvinte.

Por isso as instituições de ensino devem prover espaço para construção de uma política inclusiva (pedagógica e física) na qual as pessoas/alunos tenham espaço para marcar suas limitações e como podem ser auxiliadas. A acessibilidade é uma construção que depende da sensibilização e da partilha com o outro. Há necessidade de integrar áreas e saberes: a engenharia projeta e inova; a psicologia analisa as questões atitudinais; a pedagogia pensa em práticas pedagógica e todas estas áreas carecem de um retorno, um diálogo com pessoas que farão uso dos materiais, das reflexões e das inovações educacionais, ou físicas. Aponta-se a iniciativa da construção do **NIAC** (núcleo de inclusão e acessibilidade), pela gestão da Faculdade Jaguariúna (FAJ), como espaço que quer agregar vários protagonistas para alçarmos voos inclusivos maiores e mais eficazes: queremos aprender a partir da experiência do outro e de suas diferenças. A parceria e a escuta é fundamental. Sensibilizar futuros profissionais para pensar num mundo múltiplo, para além do olhar padronizado de normalidade é um ato educativo, mas acima de tudo uma ação política que promove uma criticidade fundamental para quem quer fazer a diferença.

Esta é uma pequena mostra de como a luta e a necessidade da "escuta" ainda devem ser garantidas legalmente até que se torne prática social – está aqui uma defesa da necessidade ainda de termos leis que fomentem e defendam a acessibilidade e a garantia de permanecia de pessoas com deficiência em qualquer espaço. Forma necessária para hoje refletirmos e vermos tantas pessoas com deficiências inseridas no ensino superior, construindo espaço de afirmação numa política plural. Anunciamos que a tecnologia em si não promove mudanças atitudinais, mas é um passo, para aquele que produz pensar e se colocar no lugar do outro. Há muitas inovações que não ganham tanto

investimento por conta de análises mercadológicas de pouca perspectiva de venda: o capitalismo que quantifica e pensa no lucro antes de ponderar os benefícios para o "humano". Enfim, para além desta análise é possível afirmar que as pessoas com deficiência e pessoas surdas cada vez mais tem buscado meios tecnológicos para diminuir suas barreiras em busca de uma maior autonomia: celulares com programas distintos para auxiliar surdos e cegos; equipamentos visuais como avisos luminosos em substituição da campainha convencional; cadeiras de roda cada vez mais moderna; uso de lupas; software tradutor virtual para a Libras; enfim, um arsenal de possibilidades que são investidas por estas pessoas. Isso nos faz ver a maleabilidade e adequação destas pessoas com a tecnologia, uma vez que a acessibilidade é uma luta diária, e quem vivencia na pele barreiras cotidianas sabe o valor para si de oportunidades de driblar e superar tais limites.

Para finalizar retoma-se que nenhuma ação tecnológica imprescinde uma mudança postural da sociedade, de modo geral. O encontro com a diferença sempre é a melhor forma de aprendermos a olhar para além da janela que costumamos enquadrar nosso mundo, amplia-se horizontes quando notamos outras saídas, outras verdades, outras possibilidades de mirar o mundo diferente do habitual.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

VILELA, E. Resistência e Acontecimento. As palavras sem centro. In: GONDRA, J. KOHAN, W. (Orgs.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 107-128.